

PROCESSO CIVIL

Conflito de competência

- ♦ Tratando-se de demanda cujos pedidos são ilícidos, a ação de conhecimento deverá prosseguir – a princípio até a sentença –, perante o juízo na qual foi proposta. (150243)

Recurso Especial

- ♦ Quando forem do tribunal de origem as despesas de remessa e retorno, o custo correspondente será recolhido consoante tabela do órgão e na forma por ele disciplinada. (149896)

CIVIL E COMERCIAL

Compra e venda mercantil

- ♦ O adquirente pode rejeitar ou pleitear o abatimento do preço, bem como obter indenização por perdas e danos caso comprove que o alienante possuía conhecimento do vício redibitório. (150035)

Sociedade comercial

- ♦ Em observância ao princípio da preservação da empresa, a legislação resguarda a possibilidade de os sócios remanescentes e herdeiros acordarem a substituição do sócio falecido. (150113)

PENAL E PROCESSO

Conflito de competência

- ♦ O descumprimento das medidas impostas em transação penal não autoriza o oferecimento de denúncia perante o Juízo Criminal Comum. (150233)

Prisão preventiva

- ♦ O simples fato de ser o paciente morador de rua, sem residência fixa, não justifica que se decrete a prisão preventiva com base na aplicação da lei penal. (150229)

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Execução provisória

- ♦ Possível o levantamento dos depósitos recursais existente nos autos, ainda que a ação esteja pendente de julgamento de Agravo de Instrumento. (150194)

Responsabilidade do empregador

- ♦ O *dies a quo* da prescrição da pretensão de indenização decorrente de acidente do trabalho típico é a data do sinistro. (150183)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Ação popular

- ♦ A ação popular não se presta para impor aos agentes públicos sanções administrativas ou civis, tais como perda da função pública ou indisponibilidade de bens. (150039)

Direito à saúde e à vida

- ♦ O fornecimento de medicamento deve ser condicionado à demonstração, pela paciente, da permanência da necessidade e da adequação durante todo o curso do tratamento. (150027)

TRIBUTÁRIO

Débito fiscal

- ♦ Não é possível afastar a incidência dos juros de mora no período compreendido entre a adesão ao programa de parcelamento e a efetiva consolidação do débito. (149875)

Imposto de renda

- ♦ O adicional de transferência, previsto no art. 469, § 3º, da CLT possui natureza salarial, devendo assim, dada a sua natureza, sobre ele incidir o imposto de renda. (149826)

PROCESSO CIVIL

Decisão monocrática

♦ É lícito ao relator julgar monocraticamente o recurso quando se discutir questão de veras pacificada na jurisprudência, procedimento que não restringe o acesso do jurisdicionado à justiça. (150201)

Execução de alimentos

♦ Os alimentos arbitrados em valor fixo devem ser analisados de forma diversa daqueles arbitrados em percentuais sobre “vencimento”, “salário”, “proventos”, entre outros *ad valorem*. (150321)

CIVIL E COMERCIAL

Liquidação extrajudicial

♦ Na liquidação extrajudicial, concluindo o inquérito pela inexistência de prejuízos para credores, a consequência é o levantamento da indisponibilidade incidente sobre os bens dos sócios. (150336)

União estável

♦ Sendo os alimentos pagos à ex-companheira decorrentes de acordo celebrado no fim da união estável, a referida obrigação extingue-se com o óbito do alimentante. (150305)

PENAL E PROCESSO

Habeas corpus

♦ Não há que se falar em excesso de prazo quando as peculiaridades do caso impõem a flexibilização do lapso temporal estabelecido para o encerramento da instrução criminal. (150232)

Júri

♦ A atenuante da confissão espontânea deve ser reconhecida ao réu, ainda que ele afirme que agiu amparado pela excludente de ilicitude da legítima defesa. (150231)

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Jornada de trabalho

♦ É válido o sistema de compensação de horário quando a jornada adotada é aquela que alterna a realização de 48 horas em uma semana e 40 horas na outra. (150174)

Rescisão do contrato de trabalho

♦ O exercício do direito de ação não pode ser coibido por ato do empregador, seja pela abusividade da conduta retaliativa, pelo ato discriminatório ou por outras razões ilegítimas. (150003)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Concurso público

♦ Tem direito subjetivo à nomeação para o cargo a que concorreu e foi classificado o candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital de abertura do certame. (149948)

Mandado de segurança

♦ É legítima a divulgação dos vencimentos dos cargos, empregos e funções públicas, informações de caráter estatal, e sobre os quais o acesso da coletividade é garantido. (149858)

TRIBUTÁRIO

Imposto de transmissão causa mortis e doação

♦ No usufruto conjuntivo, o fato gerador do ITCD apenas ocorre quando da sua extinção, que somente se dá quando da morte de todos os usufrutuários e não apenas um deles. (150270)

Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços

♦ É manifesta a ilegitimidade da incidência do ICMS sobre serviços suplementares aos serviços de comunicação – atividade-meio –, sob pena de violação ao princípio da tipicidade tributária. (149686)